



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e quatro dias**
2 **de março de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sr. Waldomiro Aprille Junior; **I.2.**
4 **Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera;
5 **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, Sr. José
6 Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de Pessoas com**
7 **Deficiência:** Sra. Kátia Maria Fonseca D. Pinto; **I.5. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva
8 Vitorino; **I.6. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momente, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. José
9 Paulo Porsani, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde**
10 **Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da Silva, Sr. João das Graças da Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de
11 Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin, Sra. Wilma
12 Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos; **II.3. Associações de**
13 **Docentes das Universidades:** Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins, Sr. Mauro Antônio Pires D. da S.; **II.4.**
14 **Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II.5. Trabalhadores**
15 **Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra.
16 Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Salvador Affonso F. Pinheiro; **III.2. Hospitais Universitários:** Sr. Edson Bueno;
17 **III.3. Universidades:** Sra. Geowanna Aparecida Higino S. Santos; **III.4. Prestadores em Serviço em Co-Gestão:**
18 Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimento Popular**
19 **de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro Gava, Sr. Lúcio Rodrigues, Sr. Armando Bota; **I.2. Conselhos Locais de**
20 **Saúde:** Sra. Francisca Maria Bezerra Lourenço, Sra. Teresita Del Niño Jesus de La Nuez Quintana; **I.3.**
21 **Associação de Pessoas com Deficiência:** Sra. Adriana Roberta Costa Duarte; **I.4. Movimentos Sindicais:** Sra.
22 Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores: II.1. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Hildebrando de Barros
23 Ribeiro; **II.2. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III.**
24 **Gestores: III.1. Hospitais Universitários:** Sra. Simone Pereira Rosa. Às dezoito horas e trinta minutos fora
25 realizado a primeira contagem de quórum. Às dezenove horas, o Sr. Júlio César iniciou a reunião dando as boas
26 vindas aos participantes e solicitou a presença de um conselheiro usuário para compor a mesa, manifestando-
27 se o Sr. João Xavier. A Sra. Maria Cecília foi convidada a representar os conselheiros gestores na mesa. Após, o
28 Sr. Júlio César anunciou que o Sr. Pedro Humberto, presidente do CMS, apresentava-se de férias e convocou a
29 Sra. Maria Helena, coordenadora da Comissão da Secretaria Executiva do CMS, a assumir a presidência
30 interina, conforme regimento interno. Em seguida, realizou a leitura das pautas do dia, sendo **I. Informes; II.**
31 **Votação das Atas de 27 de janeiro, 24 de fevereiro e 10 de março; III. Apresentação e discussão das Emendas**
32 **Parlamentares voltadas para a Saúde Municipal, apresentada pelo Sr. Fábio Forte de Andrade; IV.**
33 **Apresentação, discussão e votação das alterações das Legislações dos Conselhos Locais, Distritais e Municipal**
34 **de Saúde, apresentada pela Comissão de Legislação.** Durante os informes, o Sr. Trombetta falou sobre a
35 epidemia de dengue atual e solicitou explicações sobre a metodologia da informação e esclarecimentos sobre a
36 doença. Questionou os informativos da Prefeitura de Campinas. A Sra. Wilma informou sobre a reunião em
37 Brasília a respeito da implantação da jornada de trinta horas dos profissionais da Enfermagem, apontando que
38 os deputados mostraram-se sensibilizados. Informou que a votação ocorrerá no dia 13 de abril, segundo
39 promessa dos mesmos. A Dra. Valéria informou sobre a prorrogação do convênio entre o Instituto Raskin e a
40 Secretaria Municipal de Saúde, com vencimento no dia 08 de abril, sendo que será pautada no CMS a
41 apresentação e a prestação de produção. Informou que o horário de funcionamento está mantido das 07 às 13
42 horas. A Sra. Maria José informou sobre a realização da 4ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para
43 Mulheres e informou as datas, horários e local das Pré-conferências. Explicou que ocorrerá a recomposição do
44 Conselho Municipal da Mulher. A Sra. Yara informou sobre a realização do 24º Congresso do COSEMS, a
45 realizar-se nos dias 21, 22 e 23 de abril. Falou que o CMS fora convidado a apresentar um *stand* sobre a
46 participação social no SUS. O Sr. Lúcio informou sobre a semana nacional de saúde, a realizar-se na primeira
47 semana de abril, sendo que o Movimento Popular de Saúde realizará um protesto contra a realidade de
48 algumas ações da política de saúde do município, no dia 03 de abril, e no dia 07 de abril, o MOPS realizará um
49 debate sobre as questões gerais do SUS. A Sra. Maria Helena propôs que a discussão da legislação iniciasse na
50 presente reunião e fosse finalizada em uma extraordinária a realizar-se em um sábado, devido à quantidade de
51 pautas do CMS. O Sr. Júlio César propôs que fosse votada durante a pauta da legislação. O Sr. Nilton informou
52 sobre a realização da reunião do CEBES, no dia 29 de março, às 19 horas, sendo a pauta a discussão para a 2ª
53 Conferência Municipal de Saúde Mental. Falou que o Conselho Nacional de Saúde rejeitou a abertura da
54 faculdade de Medicina, Enfermagem e Biomedicina da São Leopoldo Mandic, porém o processo encontra-se
55 em andamento. Questionou se o Conselho Municipal de Saúde fora comunicado sobre a abertura da faculdade,

56 pois a legislação nacional afirma que para abrir uma nova faculdade de Medicina é necessário um parecer do
57 Conselho Nacional de Saúde e é recomendado que os Conselhos Municipais de Saúde discutam sobre a
58 necessidade social de abrir mais faculdades de Medicina, Psicologia ou Odontologia. Afirmou que a discussão é
59 legítima e deve-se encaminhar para o pleno do CMS. O Sr. Júlio César afirmou que a proposta será
60 encaminhada à Comissão da Secretaria Executiva. A Sra. Graça complementou o informe do Sr. Lúcio,
61 explicando que as atividades apontadas envolvem o Movimento Popular de Saúde e o CEBES Campinas e
62 solicitou aos conselheiros locais de saúde a auxiliar a divulgar os eventos. O Sr. José Carlos informou sobre a 2ª
63 Conferência Municipal de Saúde Mental, sendo dias 09, 10 e 11 de abril, das 18 às 22 horas, 08 às 17 horas e as
64 08 às 14 horas, respectivamente. Lembrou que os delegados foram eleitos nas Pré-Conferências, porém a
65 população em geral pode participar como convidado, com direito à fala, porém sem direito a voto. O Sr.
66 Armando informou que na sexta-feira, 26 de março, ocorrerá uma reunião dos delegados do Distrito Sul, às 14
67 horas para discutirem a Conferência. O Sr. João das Graças solicitou apoio do Conselho Municipal de Saúde, em
68 relação ao Centro de Saúde Balão do Laranja, o qual fora fechado para reforma desde o dia 01 de março, onde
69 não se iniciou. Reclamou que não há informações para trabalhadores e usuários sobre a situação. Afirmou que
70 alguns usuários estão sendo encaminhado ao Centro de Saúde Perseu de Barros. Julgou a situação como
71 “bagunça”. A Sra. Neide rebateu afirmando que a situação não está uma “bagunça”, pois as informações são
72 passadas. Explicou que a verba do Pró-Saúde não fora liberada, prejudicando o cronograma de reforma.
73 Lembrou que a situação fora tratada no Conselho Local de Saúde da referida unidade. Explicou que a farmácia
74 está alocada provisoriamente no Centro de Saúde Perseu de Barros. O Sr. Armando solicitou uma questão de
75 ordem, pedindo o nome dos conselheiros municipais com direito a voto. A Mesa realizou a leitura nominal dos
76 conselheiros municipais titulares e os suplentes, na ausência do titular, com direito a voto. Após, o Sr. Júlio
77 César iniciou a pauta **II. Votação das Atas de 27 de janeiro, 24 de fevereiro e 10 de março**. Em relação à Ata de
78 27 de janeiro, o Sr. Cláudio Trombetta **solicitou a correção na linha 84**, onde **se lê**: “Solicitou uma atenção
79 maior aos residentes, pois os preceptores nem sempre estão do lado destes.”, **leia-se**: “Na questão dos
80 preceptores, apontou que médicos residentes fazem procedimentos sem acompanhamento dos preceptores.
81 Solicitou que, conforme determina a legislação do Conselho Regional de Medicina, que os preceptores estejam
82 acompanhando os residentes durante os procedimentos cirúrgicos”. Levando em consideração à alteração
83 solicitada, em regime de votação, fora **APROVADA a Ata do dia 27 de janeiro** com 03 (três) abstenções; fora
84 **APROVADA a Ata do dia 24 de fevereiro** com 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções; fora **APROVADA a**
85 **Ata do dia 10 de março** com 06 (seis) abstenções. A Sra. Eloísa solicitou declaração de voto, esclarecendo que
86 as atas deveriam ser encaminhadas em seguida à reunião retratada, facilitando a leitura e a lembrança. A Sra.
87 Deise, coordenadora do Distrito Sudoeste, apontou que a Sra. Maria Gil, foi eleita como conselheira municipal
88 de saúde usuária, titular, pelo segmento dos Conselhos Locais de Saúde – Distrito Sudoeste, no lugar do Sr.
89 Marcos, conforme última reunião ordinária do Conselho Distrital de Saúde do referido distrito e solicitou que a
90 mesma possa assumir sua representação junto ao Conselho Municipal de Saúde já na presente reunião. O Sr.
91 Júlio César questionou se fora encaminhado oficialmente e apresentou ao pleno se a coordenadora do Distrito
92 é suficiente para aceitar a Sra. Maria Gil como conselheira municipal de saúde titular, sendo que nenhum
93 conselheiro presente se opôs. A Sra. Izabel observou que existe uma comissão eleitoral do Conselho Municipal
94 de Saúde e que todos os Distritos de Saúde possuem todos os processos e procedimentos para eleições.
95 Afirmou que a comissão não impugnará a Sra. Maria Gil como titular na presente reunião, mas falou sobre a
96 necessidade da oficialização e dos problemas de abrir precedentes. Após, o Sr. Fábio Forte iniciou
97 **apresentação das Emendas Parlamentares voltadas para a Saúde Municipal**, destacando os parlamentares
98 que encaminharam emendas e os valores das mesmas. Apontou que a principal discussão é como os
99 parlamentares encaminham as emendas para o município e como ocorre a negociação política. A Sra. Wilma
100 questionou sobre as verbas que vieram para o PA Anchieta e para algumas unidades, as quais foram usadas
101 parcialmente e devolvido o restante. Perguntou as razões pelas quais as verbas não foram totalmente usadas,
102 nos casos de compras de equipamentos, pois o trâmite é diferente para construções ou reformas. O Sr.
103 Trombetta acrescentou a fala da Sra. Wilma questionando se o total que fora gasto foi informado ao Conselho
104 Fiscal de Saúde, e perguntou sobre o dinheiro devolvido, uma vez a verba fora liberada e aprovada como
105 emenda parlamentar. Falou sobre as questões eleitorais, sendo prática os deputados destinar verbas sabendo
106 que serão devolvidas. Apontou sobre as verbas de emendas que são destinadas a outros fins, como acordos
107 políticos e financeiros. Cobrou o envio da documentação sobre as emendas parlamentares para o Conselho
108 Fiscal de Saúde. O Sr. Xavier questionou sobre as verbas destinadas ao Complexo Hospitalar Ouro Verde onde
109 não é apontado o valor da devolução. Cobrou que os módulos apontados nas emendas deveriam ser
110 especificados e os custos detalhados de unidade por unidade. Perguntou sobre os valores exatos devolvidos.

111 Falou sobre a devolução por não conseguir executar as verbas. Falou sobre as negociações parlamentares em
112 relação às emendas parlamentares. O Sr. Armando questionou sobre as emendas que tiveram gastos parciais
113 das verbas destinadas, principalmente em relação ao prazo de devolução. Falou que o Conselho Local de Saúde
114 do Centro de Saúde Santo Antônio se apresenta preocupado com o prazo em relação à emenda destinada a
115 esta unidade. O Sr. Porsani falou que todos os parlamentares que apresentam emendas possuem interesses
116 políticos. Classificou esse processo como “aberração da democracia”. Defendeu a mobilização contrária a essa
117 prática. Falou que os parlamentares encaminham emendas para suas bases, e usado como troca de favores,
118 troca de votos e troca de interesses. O Sr. Lúcio apontou que as emendas são utilizadas como barganhas.
119 Apontou sua preocupação em relação aos recursos devolvidos, uma vez que os recursos serão apenas
120 repassados aos municípios somente quando as documentações estiverem corretas. Falou sobre a
121 desorganização e do fluxo, devendo ser pensado para garantir a execução da verba. Defendeu o envio de
122 verbas para o município, pois é bem vindo. Questionou como o Conselho Municipal de Saúde poderia se
123 organizar para garantir que as verbas das emendas sejam alocadas nas áreas de real necessidade do município.
124 A Sra. Denise, coordenadora do Centro de Saúde Santo Antônio, falou que já foi assessora da Deputada
125 Erundina, e, quando Campinas devolveu a verba da emenda, foi motivo de desgosto para a mesma. Afirmou
126 que não é errado encaminhar emendas, sendo errada a devolução da verba. Falou que 1% (um por cento) das
127 verbas das emendas parlamentares é a vida da unidade que coordena, a qual sofre de problemas de espaço.
128 Diz que um parlamentar sensibilizou-se à situação da unidade e destinou R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil
129 reais) e fora desenhada a construção de quatro salas e um corredor. Falou que uma médica da unidade fora à
130 Brasília verificar o andamento da emenda parlamentar e foi informada que os técnicos da SMS que vão à
131 Brasília não levam toda a documentação necessária. Convidou os conselheiros municipais de saúde a irem ao
132 Centro de Saúde para conhecer a realidade da unidade e as dificuldades. A Sra. Cristina Ilário diferenciou
133 emendas parlamentares em troca de votos e o resultado das frentes parlamentares, onde muitos recursos
134 vieram devido às mobilizações e militância de comunidades, agindo em conjunto com os parlamentares. Citou
135 que grandes avanços em relação às pessoas com HIV foram devido a frentes parlamentares. Apontou ser
136 vergonhoso devolver a verba devido à falta de autonomia de execução e licitação e defendeu a reforma do
137 estado para caber o SUS dos dias de hoje. Sugeriu que cada emenda envolva uma comissão de
138 acompanhamento, destacada para acompanhar e pressionar os responsáveis, sendo necessário idealizar em
139 conjunto com a Comissão da Secretaria Executiva a formação e constituição das comissões. Afirmou que a SMS
140 não possui, hoje, a infra-estrutura necessária para gerenciar o SUS Campinas. Falou que a estrutura deve se
141 aprimorar, inclusive sendo organizada ouvindo críticas e sugestões dos conselheiros usuários. O Sr. Domingos
142 questionou sobre a verba de ampliação do Centro de Saúde Tancredão e perguntou se o valor apontado já
143 apresenta a contrapartida da SMS. O Sr. Fábio Forte respondeu que existe o detalhamento de todas as
144 emendas apresentadas e propôs encaminhar ao Conselho Municipal de Saúde. Respondeu que a verba do
145 Centro de Saúde Tancredão apresentada está com a verba do Ministério da Saúde e com a contrapartida da
146 SMS, pois deve constar no orçamento da Secretaria. Concordou com a Sra. Cristina sobre os gastos e a
147 discussão sobre os gastos. Falou que vários setores da Secretaria possuem verbas para executar mas para isso é
148 necessário um gestor responsável em acompanhar o dinheiro do orçamento, que está no Fundo Municipal, as
149 licitações e as verbas em execução não será possível executar as verbas não só das emendas, mas dos recursos
150 em geral. Reconheceu que a Secretaria não consegue executar todas essas verbas, porém a lei de licitação é
151 retrógrada e não fora revogada. Diz que ocorrem combinações das empresas participantes de licitações em
152 relação às obras. Explicou que o Fundo Municipal de Saúde não pode realizar licitações, pois existe a legislação
153 que regulamenta as licitações. Sobre a questão da Sra. Wilma explicou que parte da verba foi devolvida e parte
154 fora executado, pois parte dos equipamentos não foram comprados por falta de interesse dos fornecedores.
155 Explicou que caso não sejam gastas as verbas, faz-se necessária a devolução, caso contrário o município fica
156 como inadimplente. Afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde não tem governabilidade em recusar
157 emendas parlamentares, pois o deputado tem a prerrogativa de encaminhar a emenda ao seu gosto, sendo
158 que a SMS deve executar a verba conforme determinado pelo parlamentar. Apontou que o Conselho Municipal
159 de Saúde deve ter um papel fundamental na discussão com os parlamentares sobre onde e para qual finalidade
160 deve ser encaminhada uma emenda parlamentar. Explicou que quando faz uma emenda, é necessário ter um
161 plano de trabalho apontando quanto será comprado de equipamento, por exemplo, sendo que às vezes, não
162 condiz com a realidade. Explicou que o Ministério da Saúde cobra à parte da verba que enviou, sendo que se
163 fora gasto menos que a verba enviada, o município deve devolver a diferença, porém se fora gasto a mais que
164 a verba o município deve completar. Afirmou que é prestada conta dos recursos devolvidos, sendo necessário
165 justificar com notas fiscais e o valor das licitações para que a prestação de contas seja aceita pelo Ministério da

166 Saúde. Concordou com a criação de uma comissão de acompanhamento para cada emenda ou a indicação de
167 um gestor para não “patinar” na cobrança e execução dos recursos. Defendeu a mobilização dos Conselhos
168 Locais de Saúde e a Gestão Local, desde o pedido das emendas até a execução, sendo necessárias pessoas
169 delegadas oficialmente para acompanhar os convênios, para prestar contas com todas as partes envolvidas.
170 Defendeu a presença de parlamentares no Conselho Municipal de Saúde para explicar o valor e a forma da
171 emenda encaminhada ao município. O Sr. Nilton apontou que o Fundo Municipal de Saúde encontra-se em
172 boas mãos e discorda que este seja incompetente para executar. Afirmou que as decisões políticas que
173 superam as amarras para justificar as posições políticas dos gestores. Apontou que as amarras para trocar o
174 asfalto da Av. Anchieta são as mesmas para asfaltar o Oziel, porém muda as opções políticas. Afirmou ser
175 opção política não investir na área da Saúde Básica e pedir verbas para o Complexo Hospitalar Ouro Verde.
176 Afirmou não ser opção política devolver recursos de emendas não executados. A opção política é ir ou não ir à
177 Brasília solicitar a verba. A Sra. Eloíza falou sobre a lei de licitação, onde afirmou estar no serviço público de
178 Campinas há 12 anos, e garantiu que o problema não reside na lei de licitação. Falou que já participou da
179 Comissão de Licitação e já coordenou a Assistência Farmacêutica, onde já se desbancou comissões, demitiram-
180 se funcionários, fizeram revoluções para melhorar as compras. Afirmou que, quando estava na coordenação,
181 era comprado e especificado o produto, sendo barrados alguns fornecedores, devido à falta de qualificação,
182 não podendo mais concorrer em licitações públicas, conforme Diário Oficial. Afirmou que em Campinas, essa
183 prática não ocorre, pois já fizera relatório contrário a empresas, as quais nunca foram desqualificadas e
184 continuam a participar de licitações. Sendo assim, defendeu que a lei de licitações possui falhas, mas não se
185 trata da pior lei do mundo. Defendeu que fossem tomadas providências, concordando com a Sra. Cristina, da
186 parte de todos os conselheiros de saúde, em especial os usuários, pois todos são prejudicados com os
187 problemas da Saúde. A Sra. Maria Gil falou sobre a necessidade de reformas em centros de saúde e licitações
188 paradas. Falou da necessidade de ampliar o quadro de recursos humanos, sendo necessária a resolução dos
189 problemas da Saúde para garantir o atendimento aos usuários. O Sr. Genésio parabenizou a explanação. Falou
190 sobre a falta de intercâmbio entre o parlamentar da região e a Secretaria Municipal de Saúde e a falta de
191 ligação entre a apresentação do projeto de emenda. Colocou-se preocupado com a verba para executar, no
192 montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), aproximadamente, sendo que muitos terrenos estão
193 irregulares. Questionou o papel da Prefeitura em regularizar o terreno, viabilizando a compra dos mesmos,
194 para que não seja perdida a verba. O Sr. Fábio Forte respondeu que algumas ações vem sendo tomadas para
195 agilização de obras, sendo que existe uma comissão vinculada ao gabinete do Secretário de Saúde, que atua
196 junto a outras secretarias, inclusive à Secretaria de Assuntos Jurídicos, responsável pela regulamentação de
197 terrenos. Afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde tem feito seu papel, porém algumas questões possuem
198 prazos para se resolver, como a questão dos terrenos, existindo todo o trâmite legal. Gostaria que a verba
199 fosse colocada no orçamento do Ministério para atender a atenção básica, aumentando o piso da mesma e não
200 carimbasse a verba definindo a sua execução. A Saúde deveria ter autonomia para determinar onde seria gasto
201 e como seria gasto. Afirmou que a lógica das emendas é perversa, devido à falta de governabilidade. A Sra.
202 Denise falou que, na questão do Centro de Saúde Santo Antônio, a verba não saiu do Ministério da Saúde pois
203 a Secretaria Municipal de Saúde não apresentou uma planta correta para as quatro salas. Questionou quem
204 está responsável na SMS em acompanhar as verbas que estão no Ministério da Saúde e do tempo resposta dos
205 documentos que devem ser enviados. Afirmou que, consultando as certidões das emendas na internet, não
206 apontaram modificações. Diz que foram informadas pelo engenheiro do Ministério da Saúde que é necessário
207 encaminhar os documentos corretamente e pressionar em Brasília, sob risco de perder as verbas destinadas às
208 emendas parlamentares. O Sr. Lúcio informou que acompanhou as obras do PS São José e acompanham a obra
209 do Centro de Saúde Seis Bairros, apontando que conhece todos os trâmites e andamento da obra. Falou sobre
210 o compromisso dos conselheiros assumirem o acompanhamento das obras. Sugeriu marcar uma data
211 específica para a discussão sobre a formação das comissões de acompanhamentos de emendas e obras,
212 conforme sugerido pela Sra. Cristina. Diz sobre a necessidade de cobrar os vereadores para a destinação de
213 emendas parlamentares, pois os mesmos estão diretamente envolvidos com o município e com os bairros. O
214 Sr. Júlio César informou que a Mesa havia acatado a proposta da Sra. Cristina e irá encaminhar à Comissão da
215 Secretaria Executiva, para que seja pensado na composição. O Sr. Porsani questionou o encaminhamento da
216 proposta. O Sr. Júlio César respondeu que fora feito a sugestão para a Mesa e esta encaminharia para a
217 Secretaria Executiva. O Sr. Porsani posicionou-se contrário à fala do Sr. Lúcio. O Sr. Júlio César ressaltou que a
218 pauta não contempla votação, sendo apenas apresentação e discussão. O Sr. Porsani falou que surgiu uma
219 proposta, sendo o Conselho Municipal de Saúde soberano para aprovar ou não a criação da comissão.
220 Questionou porque seria encaminhada à Executiva. A Sra. Cristina sugeriu pautar a discussão para a

221 formalização do controle social sobre as emendas parlamentares, envolvendo gestão, usuários e trabalhadores
222 dos locais e do Conselho Municipal de Saúde, formando uma capacidade política de pressão interna e externa à
223 Secretaria Municipal de Saúde. Explicou que é uma sugestão para a discussão no pleno do CMS. Questionou
224 que quando é realizada uma sugestão, a Executiva convida quem a propôs para discutir em conjunto. O Sr. Júlio
225 César respondeu que a pessoa deve ser chamada. A Sra. Cristina colocou-se à disposição da Comissão para
226 debater e operacionalizar a proposta, como uma pauta emergencial. Ressaltou que a sua sugestão é para ser
227 discutida e amadurecida na Executiva para posterior encaminhamento ao Pleno. O Sr. Porsani afirmou que a
228 proposta do Sr. Lúcio é mais completa pois sugere uma reunião extraordinária para ampliar a discussão do
229 assunto. Diz que não é necessário que vereadores façam emendas parlamentares para a Saúde e, sim, que o
230 Conselho Municipal de Saúde debata o orçamento da Saúde. A Sra. Izabel falou que o Pleno deve aprovar a
231 formação da Comissão, conforme Regimento, e depois encaminhar à Executiva. A Sra. Maria Cecília explicou
232 que existe uma comissão para acompanhar emendas e verbas na SMS e existe um apoiador em Brasília para
233 facilitar a execução e desatar os nós. Explicou que existem duas portarias novas no Ministério da Saúde, onde
234 uma delas regulamenta que a verba para a construção de novos centros de saúde sejam entre o Fundo
235 Nacional de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, sendo considerado um avanço nas políticas de
236 financiamento de saúde e a outra em relação a equipamentos, estando abertos novamente os recursos para a
237 aquisição de equipamentos, sendo que a SMS está realizando projetos para serem contemplados com as
238 verbas. O Sr. Júlio César afirmou que existe a proposta da Sra. Cristina e a mesma será encaminhada à
239 Executiva e outra proposta de uma nova reunião para ampliar o debate. A Sra. Cristina explicou que a sua
240 proposta é prática, pois envolve o Conselho Local de Saúde de cada envolvido com emendas parlamentares, a
241 fim de diminuir as ocorrências de devolução de verbas. A Sra. Wilma afirmou que existe, nesse momento, a
242 necessidade da criação da Comissão de Acompanhamento, formada por conselheiros usuários e trabalhadores,
243 devendo ser votada no Pleno. A Sra. Cristina falou que o Pleno é soberano, porém sua proposta é para a
244 Executiva amadurecer e encaminhar ao Pleno, para formalizar e responsabilizar o acompanhamento das
245 emendas. O Sr. Júlio César explicou que a Mesa entende que são duas propostas diferentes, sendo uma a
246 criação de várias comissões locais de acompanhamento de emendas destinadas àquele local e a outra proposta
247 com a criação de uma comissão municipal de acompanhamento para as emendas destinadas ao município e
248 não a um local específico, sendo uma proposta complementar a outra. A Sra. Izabel apontou a necessidade de
249 ser aprovado pelo Pleno. O Sr. Adilson solicitou uma questão de esclarecimento onde questionou que não
250 constava na convocação a votação, não cabendo à mesma. Explicou que deve constar a votação, para que a
251 mesma tenha força de deliberação. A Sra. Maria José falou que as propostas procedem e questionou se seria
252 encaminhado à Executiva ou votado no Pleno. Falou que assuntos que demandam votações, levantados em
253 pautas de Apresentação e Discussão, devem ser encaminhados à Executiva para pautar para a próxima reunião.
254 O Sr. Júlio César iniciou o processo de votação, sendo apreciadas as propostas de criação da Comissão Local e
255 da Comissão Municipal de Acompanhamento de Emendas, sendo 16 (dezesesseis) votos favoráveis, 06 (seis)
256 votos contrários e 03 (três) abstenções, portanto **APROVADA** pelo Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Júlio
257 César informou que, conforme consta no Regimento, o Pleno deve ser consultado após duas horas de reunião
258 para a prorrogação por mais trinta minutos. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de ordem solicitando que
259 quando existisse reunião, fosse cumprida a regulamentação do tempo de apresentação e número de inscritos,
260 garantindo a discussão das pautas encaminhadas. O Sr. Júlio César esclareceu que o número de inscritos foi
261 estendido, formando-se dois blocos de questionamentos com cinco participantes, ocorrendo na presente
262 reunião à participação de dez inscritos, portanto, dentro do Regimento. Sobre o item não discutido, explicou
263 que será pautado como primeiro item da ordem do dia da próxima reunião. A Sra. Wilma reclamou das pautas
264 pois as mesmas vêm sendo extremamente extensas, prejudicando o debate no Pleno, afirmou que não haverá
265 tempo para a discussão do próximo item da pauta, pois não foram respeitados os limites por pauta,
266 sobrecarregando as próximas reuniões. O Sr. Xavier solicitou uma questão de ordem solicitando o respeito ao
267 teto da realização da reunião. O Sr. Porsani solicitou uma questão de ordem, onde apontou que existem
268 planejadas reuniões extraordinárias até setembro, onde apontou desconhecer tal prática. Afirmou que faltam
269 critérios para encaminhar as pautas para o Pleno. Questionou a lógica de encaminhar uma pauta não discutida
270 para a próxima reunião. Falou que os conselheiros devem definir e pautar os pontos que interessam. Apontou
271 que a Executiva tem a obrigação de definir as pautas que envolvem os três segmentos. A Sra. Neide apontou
272 que o Sr. Fábio Forte demorou apenas vinte e seis minutos para a apresentação, sendo estendido o tempo nos
273 informes e nas intervenções. A Sra. Wilma solicitou que o Conselho Municipal de Saúde verifique a situação do
274 Centro de Saúde Balão do Laranja, pois o mesmo possui problemas em relação à obra, conforme apontado pelo
275 Sr. João das Graças. A Sra. Maria Helena garantiu que a Comissão de Visitas irá ao local. A Sra. Maria Helena



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



- 276 encerrou a reunião. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho
277 Municipal de Saúde, lavro a presente ATA assinando-a juntamente com os demais presentes.